

POLÍTICA ECONÔMICA

“Vencemos a inflação”, diz Fernando Henrique

Presidente afirma que agora começa o “capítulo do crescimento”

TÂNIA MONTEIRO
e LUI AIKO OTTA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que seu governo venceu “a guerra contra a inflação”. O anúncio foi feito na comemoração da sanção do projeto que desonera as exportações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Palácio do Planalto. “Nós viramos a página da inflação e começamos o capítulo do crescimento”, afirmou Fernando Henrique, avisando, em seguida, que não estava descuidando da continuidade da luta pelo controle fiscal. Segundo o presidente, a inflação foi “domada”. Ele lembrou que a inflação chegou a zero em algumas cidades e próximo de zero, em outras. Avisou ainda que até o final do ano a inflação vai ser inferior a 0,5% ao mês.

O presidente aproveitou a presença de líderes partidários para agradecer o esforço do Congresso em aprovar esta e outras medidas e pediu que, ainda este ano, sejam votadas as reformas administrativa e da Previdência. Fernando Henrique disse que a reforma tributária pode ficar para o ano que vem porque o principal ponto dela foi solucionado com o fim do ICMS sobre as exportações. “Do ponto de vista da produção, a reforma tributária foi feita hoje”, assegurou.

O otimista com o ato que acabava de assinar, o presidente declarou que “esta é a maior redução da carga tributária no Brasil das últimas décadas”. Para ele, a medida foi tomada em favor de quem trabalha, de quem produz. O presidente ressaltou que a União vai pagar o custo desta redu-



Ed Ferreira/AE

Fernando Henrique e o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães: agradecido ao Legislativo

PRODUÇÃO
TEVE SUA
REFORMA
FISCAL

vai continuar lutando para que ela não volte. “Nós não vamos permitir que ela volte”, disse. O presidente afirmou que vai prosseguir trabalhando na luta tenaz pelo ajuste fiscal, e continuará controlando as finanças públicas.

cão de impostos, “com satisfação”. Para ele, só está sendo possível fazer esse ressarcimento aos Estados porque o País está colocando as suas finanças em ordem. “É melhor cobrar mais de todos, do que cobrar muito de poucos”, pregou o presidente. Segundo ele, o ressarcimento aos Estados será compensado porque a União vai arrecadar mais imposto de consumo, de produção industrial, de IPI e Imposto de Renda.

Festa — Ao comemorar os resultados da inflação, o presidente afirmou que

FH sanciona lei com veto

Parte do texto restringia a guerra fiscal e foi vetada a partir de acordo com o Senado

BRASÍLIA — Antes de sancionar a Lei Complementar 87, com as novas regras do ICMS, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou seis artigos e um parágrafo do texto que havia sido aprovado no Congresso. Eram dispositivos que restringiam a chamada “guerra fiscal”, ao proibir que os governos estaduais reduzissem alíquotas do imposto para atrair indústrias.

Os senadores, que viram nesses artigos uma forma de prejudicar os Estados mais pobres, queriam modificar o projeto, o que atrasaria ainda mais sua entrada em vigor. Graças a um acordo firmado na quarta-feira o

texto foi aprovado no Senado sem alterações, com o compromisso do Planalto de que os artigos polêmicos seriam vetados. A “guerra fiscal” era proibida pelos artigos 22, 27, 28, 29, 30 e 34, todos vetados. O artigo 22 impedia os Estados de permitirem que as empresas aproveitassem seus créditos tributários (impostos recolhidos a maior, para serem compensados depois) em termos diferentes da lei complementar. Dessa forma, seria fechada uma possibilidade de um Estado conceder tratamento diferenciado dos demais.

Também foi vetado o parágrafo 4º do artigo 11 da lei, que reduzia o valor dos repasses de ICMS aos municípios, nas operações das usinas hidrelétricas. Os analistas do Planalto consideraram que tal medida causaria uma redução abrupta na receita de alguns municípios, sem que houvesse uma regra de transição.